

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.146.791 - SP (2017/0191373-7)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
AGRAVANTE : **MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ**
ADVOGADOS : **DÉBORA PATRÍCIA DA SILVA BARROS - SP225654**
 JÚLIA QUEIROZ PAIVA - SP335881
 NATALIA DE CAMARGO LAZARINI E OUTRO(S) - SP301362
AGRAVADO : **VILMA MARCONDES DE CASTRO RODRIGUES**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo **MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ** - SP objetivando admissão de recurso especial interposto contra acórdão do do TJSP assim ementado:

Execução fiscal. Exercício de 2002. A sentença reconheceu a nulidade das CDAs e julgou extinta a ação por falta de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, sob a égide do CPC/1973 (art. 267, IV, do CPC/1973).

Pretensão à reforma - impossibilidade. Não preenchimento dos requisitos legais (art. 2º, § 5º, II e III da Lei nº 6.830/80 e no art. 202, 11 e III, do CTN).

Inadmissibilidade de emenda ou substituição da CDA.

Princípio da imparcialidade. Súmula 392 do STJ.

Manutenção da sentença extintiva. Nega-se provimento ao recurso.

No especial, a parte alega violação dos arts. 2º, § 8º, da Lei n. 6.830/1980 e 202 e 203 do CTN. Sustenta, em síntese, (i) não haver falha na formação do título (CDA) que impeça ou dificulte a defesa do executado, não sendo possível o reconhecimento da sua nulidade, bem como (ii) não se ter oportunizado a substituição do título em razão da falha formal.

O recurso foi inadmitido na origem por encontrar óbice na súmula 7 do STJ e por estar o acórdão fundado em entendimento fixado em recurso repetitivo.

Contraminuta foi apresentada pela parte agravada.

Passo a decidir.

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC (Enunciado n. 3 do Plenário do STJ).

Considerado isso, importa mencionar que o recurso especial se origina de execução fiscal extinta na origem por nulidade do título executivo (CDA) que não preenchia os requisitos formais de sua criação acarretando impossibilidade de defesa para o

executado (e-STJ fl. 41):

Logo, da análise da certidão da dívida ativa encartada aos autos, verifica-se que, para além de não cumprir apenas a um dos requisitos da específica legislação, o título carreado não compreende (i) a forma pela qual se calculam os juros e demais encargos (CTN, art. 202, II c.c. LEF, art. 2o, § 5o, II); (ii) o termo 'a quo' dos juros e demais encargos (LEF, art. 2o, § 5o, II); (iii) a disposição legal (rectius: razões de direito) na qual se funda o crédito tributário (CTN, art. 202, III c.c. LEF, art. 2o, § 5o, III); e (iv) a fundamentação legal e o termo inicial para o cálculo da correção monetária (LEF, art. 2o, § 5o, IV).

O Tribunal *a quo* negou provimento à apelação do fisco, reconhecendo a impossibilidade de substituição do título executivo e as diversas falhas em sua formação. Vejamos, no que interessa, o que está consignado no voto condutor do acórdão recorrido (e-STJ fl. 61):

A validade da certidão de dívida ativa depende do integral preenchimento dos requisitos estabelecidos pelo art. 202 do CTN e pelo art. 20, § 50, da LEF. 2 Conforme salientado pelo Ministro Luiz Fux (AgRg no REsp 971090/PR), "ôs arts. 202 do CTN e 21, § 51 da Lei nº 6.830/180", preconizam que a inscrição da dívida ativa somente gera presunção de liquidez e certeza na medida em que contenha todas as exigências legais, inclusive, a indicação da natureza do débito e sua fundamentação legal, bem como forma de cálculo de juros e de correção monetária. A finalidade dessa regra de constituição do título é atribuir à CDA a certeza e liquidez inerentes aos títulos de crédito, o que confere ao executado elementos para opor embargos, obstando execuções arbitrárias".

De acordo com o artigo 203 do CTN, a ausência de quaisquer dos requisitos previstos nos dispositivos em apreço significa vício na CDA, implicando em causa de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente.

O título executivo extrajudicial que instrui a execução fiscal (art. 784, IX, do CPC/2015) deve traduzir crédito dotado de presunções relativas de liquidez e certeza.

Referidas presunções têm por pressuposto que a regularidade da exigência foi conferida pela Fazenda Exequente no ato da inscrição do débito na dívida ativa.

É nula a execução se o título executivo extrajudicial não corresponder à obrigação certa, líquida e exigível. E a emenda ou substituição da CDA, possível até a decisão de primeira instância, deve se dar por iniciativa da parte exequente e não por provocação do juízo.

No caso, de fato, as CDAs são nulas, já que nem mesmo mencionam os tributos executados e, sequer trazem a fundamentação legal. Ademais, não há indicação da maneira de calcular a atualização monetária.

[...]

Outrossim, não há que se confundir vício formal da petição inicial (art. 321 do CPC/2015) com vício da CDA (art.

8039 I, do CPC/2015). Daí porque, e também em respeito ao princípio da imparcialidade, não cabe ao juízo determinar a intimação da Fazenda exequente para emenda ou substituição prevista no § 80 do artigo 20 da Lei n. 6.830/1980, providência que, aliás, exigiria, em favor de uma só das partes, a análise individualizada das milhões de Execuções Fiscais que atualmente tramitam pelo Poder Judiciário e inestimável número de intimações pessoais (art. 25 da Lei n. 6.830/1980).

No mais, não se cogita também, diante do vício presente na CDA, a possibilidade de substituição desta, conforme dispõe a Súmula 392 do E. STJ: "A Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa (CDA)

Superior Tribunal de Justiça

até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material ou formal, vedada a modificação do sujeito passivo da execução".

Verifica-se, no seguinte julgado, o posicionamento do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

[...]

Tal entendimento não conflita com os princípios da economia e celeridade processuais.

Interposto o recurso especial, foi ele inadmitido por encontrar óbice na súmula 7 do STJ e por estar o acórdão fundado em entendimento fixado em recurso repetitivo.

Submetida à apreciação do colegiado, a Corte reafirmou a concordância do acórdão com o REsp n. 1.045.472/BA, Tema 166, na parte que trata da possibilidade de substituição da CDA, e determinou o seguimento do agravo com relação aos demais temas tratados no recurso especial.

Pois bem.

As instâncias ordinárias reconheceram a nulidade do título executivo assentando que, com base nas informações constantes do título executivo, nem mesmo mencionam os tributos executados e, sequer trazem a fundamentação legal. Ademais, não há indicação da maneira de calcular a atualização monetária.

O Tribunal ordinário reconheceu, portanto, que o referido vício formal acarretaria a nulidade da Certidão de Dívida Ativa por impossibilitar a defesa do executado e determinou a extinção da execução fiscal.

Dito isso, a pretensão recursal não pode ser conhecida, nos termos da Súmula 7 desta Corte Superior, visto que a desconstituição da conclusão alcançada pela Corte *a quo* acerca da nulidade do título é inviável em sede de recurso especial, por não servir à constatação de vícios nos requisitos de validade da certidão de dívida ativa.

Nesse sentido, refiro-me aos seguintes julgados: AgRg no Ag n. 824.609/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, DJe 24/03/2009; REsp n. 925.719/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, DJe 24/09/2008; REsp n. 814.075/MG, Rel. Ministro LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe 02/04/2008; REsp n. 766.050/PR, Rel. Ministro LUIZ FUX, Primeira Seção, DJ 25/02/2008.

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator